



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 13/11/2025. Publicação: 14/11/2025. Nº 221/2025.

ISSN 2764-8060

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 127, § 2º da Constituição Federal, art. 94, § 2º da Constituição Estadual e da Resolução nº 77/2019 do Colendo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público,

## RESOLVE:

Nomear a Procuradora de Justiça DOMINGAS DE JESUS FRÓZ GOMES para integrar, como 4º suplente, o Conselho Superior do Ministério Público, com mandato de dois anos, biênio 2025/2027, nos termos do artigo 12, da Lei Complementar nº 013/1991, tendo em vista o que consta do Processo Sei 19.13.0058.0009894/2025-96.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público.

A

assinado eletronicamente em 11/11/2025 às 13:54 h (\*)

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

## EDITAL

### Edital nº 10073/2025 - GPGJ/DG/CGP

#### CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE VAGA DE RESIDENTE COMARCA : SÃO LUÍS

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 156/2024 para residentes, homologado pelo Edital nº 182/2024, publicado no Diário Eletrônico deste Ministério Público (DEMP), em 19 de dezembro de 2024,

CONSIDERANDO o Ato regulamentar nº 20/2008 e Ato nº 136/20218 que tratam sobre a Política Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO a existência de vagas disponibilizadas no processo seletivo MPMA Residente;

CONVOCA em sua décima oitava chamada, obedecendo a ordem de classificação e as cotas determinadas, os estudantes relacionados no QUADRO I, a encaminhar os documentos digitalizados para o e-mail: estagioposgraduacao@mpma.mp.br, no período de 14 a 24 de novembro de 2025:

- Carteira de identidade – RG;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
- Certificado militar (se indivíduo do sexo masculino, acima de 18 anos)
- 01 (uma) Foto 3x4 (anexada ao formulário de cadastro, item o);
- Comprovante de residência;
- Diploma de graduação do Curso de formação referente a área escolhida, ou certidão de conclusão de curso de graduação, emitidos por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- Histórico escolar contendo o coeficiente de rendimento da graduação;
- Comprovante de matrícula e frequência em curso de pós-graduação *latu sensu* ou *strictu sensu* compatível com a vaga desejada (declaração, certidão ou atestado firmado por IES credenciada) ou declaração de admissão em estágio de pós-doutorado, atestada pela Instituição de ensino (o tempo de permanência no programa com o mesmo curso de pós-graduação precisa ser de pelo menos 06 meses);
- Atestado médico que comprove aptidão clínica para o exercício da função; se pessoa com deficiência, além do atestado citado, apresentar também laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência;
- Declaração de bens;
- Declaração de impeditivo de supervisão;
- Declaração de disponibilidade de horário;
- Declaração de não exercer, cumulativamente, atividades em outro ramo do Ministério Público, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na Defensoria Pública da União ou dos Estados, na advocacia, pública ou privada, na Polícia Civil ou Federal, bem como estágio ou residência nesses entes.
- Certidões de antecedentes criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e Eleitoral, para fins de comprovação do gozo de boa conduta social e ausência de registro de antecedentes criminais;
- Comprovante de conta corrente ou universitária de titularidade do residente no banco responsável pelo processamento da folha de pagamento: `paEgadmiteanl t1o0d0o7M3inEisDtTrio- SPÚAbOlicLo-U(ÍBSA-N1C8Oª DDOireBitRoA(0S1IL79-2o8br1ig)atoriamSeEntle)1;9.13.0045.0000714/2025-25 / pg. 1`

- Se inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apresentar fotocópia do pedido de licenciamento ou cancelamento do respectivo registro, devidamente protocolizado;



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 13/11/2025. Publicação: 14/11/2025. Nº 221/2025.

ISSN 2764-8060

s) Ficha cadastral e preenchimento de link que será encaminhado para o e-mail, pela Procuradoria Geral de Justiça.

## QUADRO I (EDITAL Nº 10073/2025) - SÃO LUÍS

VAGA	DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS	CLASSIF. NA LISTAGEM DA VAGA	CANDIDATO APROVADO	NOTA FINAL
130	Geral	211	ROSEANE TORRES CARVALHO	6,65
131	Geral	212	CATARINA IRINEU COSTA	6,64
132	Deficientes	6	LETÍCIA DE ARAÚJO COSTA PAIVA	6,17
133	Autodeclarados Negros	65	VANESSA CRISTINA RAMOS FONSECA DA SILVA	6,59

## DIREITO - 18ª CHAMADA

Documento assinado eletronicamente por ORFILENO BEZERRA NETO, Procurador-Geral de Justiça, em exercício, em 12/11/2025, às 14:51, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

## TERMO DE COOPERAÇÃO

### Termo de Cooperação nº 10005/2025

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (MPMA) E O CONSELHO DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO - CRM/MA, VISANDO PLANEJAR, INTEGRAR E EXECUTAR AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DA SAÚDE E CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, CNPJ nº 05.483.912/0001-85, doravante denominado MPMA, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Dr. Danilo José de Castro Ferreira e CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO MARANHÃO – CRM-MA, CNPJ nº 06.353.247/0001-78, com sede à Rua Carutapera, Qd. 37B, n.º 02, Jardim Renascença, São Luís - MA, CEP 65075-690, neste ato representado por seu presidente, Dr. José Albuquerque de Figueiredo Neto, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 19.13.0017.0011803/2025-93, com fundamento nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais normas legais vigentes, no que couber, e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público, especialmente no que tange à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, com especial destaque para a tutela dos direitos fundamentais à saúde e à dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO o dever de observância ao sigilo profissional inerente à atividade médica, a inviolabilidade dos prontuários dos pacientes, o caráter confidencial dos processos ético-profissionais, bem como a necessidade de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), de modo a equilibrar o direito à informação com a proteção de dados sensíveis e direitos da personalidade;

CONSIDERANDO a importância da cooperação mútua entre as instituições, Com observância aos princípios da legalidade e da autonomia institucional, sem implicar qualquer transferência de competências, respeitando as atribuições do CRM-MA na orientação e fiscalização ética dos profissionais, e do MPMA na tutela dos interesses coletivos e difusos.

### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente acordo visa estabelecer a cooperação técnica para planejar, integrar e executar ações de interesse público no âmbito da saúde e cumprimento da legislação sanitária, compreendendo: a) programas e campanhas de educação sanitária; b) intercâmbio de informações técnicas e emissão de notas/recomendações; c) apoio técnico-científico do CRM-MA a expedientes do MPMA em matérias médico-sanitárias; e d) encaminhamento recíproco de notícias de fato, relatórios e recomendações, sem transferência de competências legais.

### DAS OBRIGAÇÕES COMUNS